

## **BUROCRACIA SINDICAL CUTISTA: DIQUE EM PROL DAS CLASSES DOMINANTES**

Rodrigo Dias Teixeira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O fenômeno histórico de avanço das lutas dos trabalhadores no final da década de 1970 e durante a década de 1980 no Brasil forjou um amplo movimento que veio a resultar na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Se num primeiro momento, a formação de novos sindicatos possibilitou uma maior estrutura para organização dos trabalhadores, após a avalanche neoliberal da década de 1990, da reestruturação produtiva e do resultado das disputas internas do movimento sindical, importantes transformações ocorreram. A partir da cisão proveniente da divisão social do trabalho, com a ascensão da burocracia sindical cutista no espectro da luta de classes e na sua relação com o Estado, e seu descolamento como casta a partir do controle do aparato material, abriu-se um período de mudança qualitativa com a formação de uma nova burocracia política propriamente dita.

**Palavras-chave:** Burocracia. Central única dos trabalhadores. Marxismo.

**ABSTRACT:** The historical phenomenon of the advance of workers' struggles in the late 1970s and during the 1980s in Brazil forged a broad movement that resulted in the founding of the Central Workers' Union (CUT). If, at the outset, the formation of new unions made possible a greater structure for the organization of workers, after the neoliberal avalanche of the 1990s, productive restructuring and the result of the internal disputes of the trade union movement, important transformations occurred. From the split from the social division of labor, with the rise of the *cutista* trade union bureaucracy in the spectrum of the class struggle and its relation to the state, and its detachment as a caste from the control of the material apparatus, a period was opened of qualitative change with the formation of a new political bureaucracy per se.

**Keywords:** Bureaucracy. Unified Workers' Central. Marxism.

Como um movimento de grandes greves e de novas perspectivas de organização das classes trabalhadoras forjou, do ponto de vista histórico, um espaço que atua em prol das classes dominantes e da hegemonia social-liberal? Nosso objetivo neste artigo é empreender uma contribuição ao estudo sobre a especificidade que teve o processo de germinação, consolidação e expansão da burocracia sindical cutista na manutenção da hegemonia burguesa a partir da segunda metade da década de 1990 no Brasil. Para isso,

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela UFF – Universidade Federal Fluminense. Professor substituto na UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

utilizaremos a contribuição de alguns autores clássicos da tradição marxista, como Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e Ernest Mandel, dentre outros, para análise dos resultados de uma pesquisa histórica sobre as transformações ocorridas com a Central Única dos Trabalhadores<sup>2</sup>.

### *A ebulição*

Como nos diz Rosa Luxemburgo, o movimento dos trabalhadores não nasce da cabeça de “seres iluminados” que definiriam, de antemão, os seus rumos. Esta teoria, própria dos representantes do Estado, os quais defendem que as mobilizações seriam produzidas por “mentores e agitadores”, e, portanto, um fenômeno passageiro, não é aceita no interior da classe:

“A classe operária consciente compreende há muito o ridículo desta teoria policial, segundo a qual todo o movimento operário moderno seria o resultado artificial e arbitrário de “agitadores e mentores” sem escrúpulos. (...) A greve de massas nem é “fabricada” artificialmente nem “decidida” ou “difundida” no éter imaterial e abstrato, [ela] é tão somente um fenômeno histórico resultante, num certo momento, de uma situação social a partir de uma necessidade histórica<sup>3</sup>”.

A definição própria da “teoria policial” sobre a greve de massas tem características similares a defendida pela direção da socialdemocracia alemã no início do século XX, criticada pela autora. Centrada numa visão ao mesmo tempo “vanguardista” e “abstrata”, a maioria da socialdemocracia alemã entendia a greve de massas como um fenômeno fruto da decisão das “direções”:

“Entende-se como tal uma arrancada maciça e única do proletariado industrial empreendida por ocasião dum ato político da maior importância com base num acordo recíproco estabelecido a esse propósito entre as direções do partido e dos sindicatos, e que, conduzida na mais perfeita ordem e com espírito de disciplina, termine com uma ordem ainda mais perfeita, sob a palavra de ordem dada no momento oportuno pelos dirigentes, não esquecendo que a administração dos subsídios, as despesas, os sacrifícios, numa palavra, todo o balanço material é determinada *a priori* com precisão<sup>4</sup>”.

---

<sup>2</sup> TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o governo Lula da Silva : a consolidação do social-liberalismo no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

<sup>3</sup> LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos. In : BOGO, Ademar. Teoria da Organização Política. São Paulo, Expressão Popular: 2005. Págs 248-249

<sup>4</sup> Idem, ibidem. Pág 252

As experiências de greve de massas desde 1896 na Rússia demonstraram, ao contrário do que defendia a direção da socialdemocracia alemã, que seu início se dava a partir de um “fato” muitas vezes fortuito e de “pouca importância”, que gerava uma explosão espontânea<sup>5</sup>. Os elementos mais ativos, após a explosão, eram os que organizavam, em conjunto com a massa em movimento, a condução das mobilizações. Em diversos momentos as direções “legais” eram deixadas de lado pelas massas, que com novas lideranças e espaços organizativos forjavam suas lutas<sup>6</sup>.

No Brasil, as greves ocorridas desde maio de 1978 na Scania Vabis, em São Bernardo do Campo, proliferaram para outras grandes fábricas de automóveis. Duas semanas depois, as greves chegaram à capital paulista. Mesmo sem o direito de greve garantido no “código legal”, as mobilizações foram realizadas, e com enorme força. Essas não eram greves meramente “econômicas”, isto é, “corporativas”. Tanto o seu alcance quanto seus objetivos tinham relação com a conjuntura mais geral do país de questionamento político à ditadura civil-militar.

A ebulição das greves e sua expansão como fenômeno de massas ocorrem em um período específico, no qual características da conjuntura e de períodos históricos mais amplos convergem com a disposição dos trabalhadores em se tornarem protagonistas de novas lutas em defesas de suas reivindicações. É uma “necessidade histórica”, na medida em que seu surgimento modifica relações entre as classes, e torna-se marco de uma nova conjuntura. Ao mesmo tempo, sua previsibilidade exata é mínima, tendo a espontaneidade como marca. O elemento espontâneo, entretanto, não caracteriza a greve de massas como algo etéreo, por fora da história dos homens, quase místico e sem causas. A ebulição ocorre a partir de uma “fervura” lenta e, muitas vezes, imperceptível, que forja as novas condições que rompem o cenário antes enfrentado. Não ocorre apenas a entrada de um “novo ator” na “cena histórica”, mas o próprio palco das lutas é reformulado; uma nova arena é concebida a partir das condições históricas forjadas pelos trabalhadores, que imprimem um novo rumo ao que estava aparentemente determinado.

Esta mudança de conjuntura já seria, por si só, um marco político fundamental. Entretanto, num esquema teórico “perfeito”, sem contradições, a luta econômica geraria

---

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*. Pág 255

<sup>6</sup> Rosa dá o exemplo das mobilizações em Odessa, na Rússia de 1903-1904, nas quais as mobilizações passaram por cima da “Associação Operária” legal fundada pelo agente Zubatov. Idem, *Ibidem*. Pág 258.

seu momento “superior”, a luta política. Mas o movimento histórico-real não tem uma disposição retilínea e progressiva, pois na sua forma de ser interagem diversos elementos:

“(…)o movimento no seu conjunto não se orienta unicamente no sentido de uma passagem do econômico ao político, mas orienta-se também no sentido inverso. Cada uma das grandes ações políticas de massas se transforma, após ter atingido o seu apogeu, numa multiplicidade imensa de lutas econômicas. (...) Quando a luta política se estende, se clarifica e intensifica, não só a luta reivindicativa continua, como se estende, se organiza e se intensifica paralelamente. Há uma completa interação entre ambas.<sup>7</sup>”

Pequenas greves “econômicas” em determinadas fábricas podem convergir, confluindo num poderoso oceano<sup>8</sup>, que enfrenta a lógica de organização da produção (divisão entre concepção e execução) e de defesa da propriedade por parte dos governos e capitalistas. A vultuosidade de uma greve aparentemente “econômica” demonstra força política, ao questionar a organização do poder no interior da fábrica, as leis vigentes - quando estas reprimem, por exemplo, o direito de greve -, e a lógica de exploração baseada no crescimento da extração de mais-valor para aumento dos lucros.

A conquista do direito da greve nas leis não precede a ocorrência das greves. Ao exercer na prática seu direito de greve como meio de reivindicação por melhores salários, uma luta na aparência apenas “econômica”, os trabalhadores exercem um questionamento político por direitos em torno da liberdade de sua organização como classe. Da mesma forma, não é a consolidação gradual de um sindicato cada vez mais forte que garante o sucesso de uma greve de massas. São as greves de massa que fortalecem os sindicatos que atuam ao lado dos trabalhadores na organização das suas lutas, e constroem novas entidades ainda mais vigorosas, se as antigas não fazem parte das mobilizações:

“A história ri dos burocratas apaixonados por esquemas “pré-fabricados”, guardiões ciumentos da felicidade dos sindicatos. As sólidas organizações concebidas como fortalezas inexpugnáveis e cuja existência tem de ser assegurada, antes de eventualmente se pensar na realização de uma hipotética greve de massas na Alemanha, são, ao contrário, fruto da própria greve de massas. E enquanto os ciumentos guardiões dos sindicatos alemães temem, antes de tudo, ver quebrar em mil pedaços essas organizações, como uma preciosa porcelana no meio do turbilhão revolucionário, a Revolução Russa apresenta-nos um quadro complementar diferente: o que emerge dos turbilhões e da tempestade, das chamas e das brasas das greves de massas, como Afrodite surgindo da espuma dos mares, são... sindicatos novos e jovens, vigorosos e ardentes.<sup>9</sup>”

---

<sup>7</sup> Idem, Ibidem. Pág 285.

<sup>8</sup> Idem, ibidem. Pág 260.

<sup>9</sup> Idem, ibidem. Pág 272

A unificação de grandes greves e manifestações de massa formam os trabalhadores e um novo grupo de dirigentes. As vitórias e conquistas reafirmam a importância dos novos espaços de organização, como os sindicatos. É neste processo de mobilização e unificação que se forja uma nova consciência, que tem na independência de classe produzida nas lutas característica definidora. No entanto, uma conjuntura de ascensão das lutas pautada pelas greves de massa não se mantém indefinidamente. As tendências mais gerais da organização da produção capitalista se reafirmam, e dificultam a manutenção de uma nova relação entre trabalhadores, máquinas e gestores capitalistas, construída através da luta. Nas condições “normais” a maioria dos trabalhadores não se organiza de maneira alguma, dominados pela coerção imposta pelo Estado e o capital:

“As condições, as circunstâncias da evolução capitalista e do Estado burguês fazem com que, numa situação “normal” sem violentas lutas de classes, certas categorias – e de fato trata-se do grosso das hostes, das categorias mais importantes, das mais miseráveis, das mais esmagadas pelo Estado e pelo capital – não possam organizar-se de maneira nenhuma.<sup>10</sup>”

A alta intensidade da luta de classes não ocorre interruptamente. E caso não seja realizada uma forte unificação entre os trabalhadores, na qual a diferenciação de papéis seja apenas parte da necessidade organizativa da luta realizada numa sociedade de classes, e não uma relação entre desiguais, as tendências mais gerais da forma de organização da produção no capitalismo se sobrepõem ao questionamento dos “de baixo”.

### *A calma*

As lutas sociais possibilitam a construção de grandes espaços organizativos, como os sindicatos, mas num momento posterior, no qual o movimento das classes subalternas entra em declínio, e a estabilidade (ao invés do conflito) transforma-se em regra, estes mesmos sindicatos, que antes eram concebidos enquanto um “mal necessário”, podem se tornar obstáculos para o maior crescimento das lutas.

O fenômeno histórico de crescimento dos sindicatos tem também como consequência a formação de toda uma direção sindical profissional. Esta direção, dependendo do contexto histórico em que se insere (em especial em momentos de refluxo do movimento de massas, da falta de “oxigênio” nas lutas), pode tornar-se relativamente autônoma, descolada das classes que supostamente representam e organizam:

“A especialização de sua atividade profissional como dirigentes sindicais, assim como o horizonte, naturalmente estreito, das lutas isoladas de uma etapa pacífica,

---

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*. Pág 301

fortalece a tendência dos funcionários sindicais para a burocracia e para a estreiteza de objetivos, que se manifestam em toda uma série de tendências que podem ser fatais para o futuro da organização sindical”<sup>11</sup>.

Estas tendências se correlacionam com o papel do Estado na organização da produção. As leis que regulam as relações de trabalho e o direito de greve, como as que definem a forma organizativa dos sindicatos legalmente aceitos, são parte da estrutura hierárquica que garante a dominação das classes dominantes em tempos de “paz”.

Para frear o avanço da burocracia sindical, organizar “contra tendências” é necessário, a partir da garantia de democracia efetiva dentro e fora dos sindicatos. A estrutura sindical legal, como parte do domínio estatal no âmbito das relações de trabalho, tende a forjar e reproduzir a divisão social do trabalho, gerando um ambiente suscetível ao crescimento de uma burocracia.

Em um primeiro momento, esta burocracia civil tem na sua legitimidade conquistada como parte da direção do movimento, e no conhecimento em torno das práticas próprias das greves e do “mundo sindical” seu maior poder. O fundamental, ainda, não é uma vantagem tipicamente material, mas o poder de controlar as decisões do movimento e assim subjugar o próprio sindicato:

“Em vez de serem dirigidos, por seus colegas através de comitês locais, com todos os seus erros já conhecidos, surge a direção formal dos funcionários sindicais. Desse modo, a iniciativa e o poder de decisão ficam nas mãos dos especialistas sindicais – para dar-lhes um nome- enquanto que a massa deve permanecer na passividade da disciplina.<sup>12</sup>”

É perfeitamente possível a existência de sindicatos que impulsionam as lutas e são organizados diretamente pelos trabalhadores em tempos de “paz”. Só que esta possibilidade apenas torna-se uma garantia efetiva através da organização de uma estrutura sindical própria, diferente da imposta pelo Estado. Evitar a ascensão de burocracia sindical só é possível com a democratização do poder e da estrutura organizativa no interior do movimento dos trabalhadores. Se no momento de crescimento das lutas e das greves de massa, a democracia dos trabalhadores não se impuser como necessidade organizativa, posteriormente, a divisão social do trabalho e a maior experiência de alguns na condução das mobilizações, em conjunto com o fortalecimento de uma estrutura financeiro-material do sindicato, propiciam um terreno fértil para que a

---

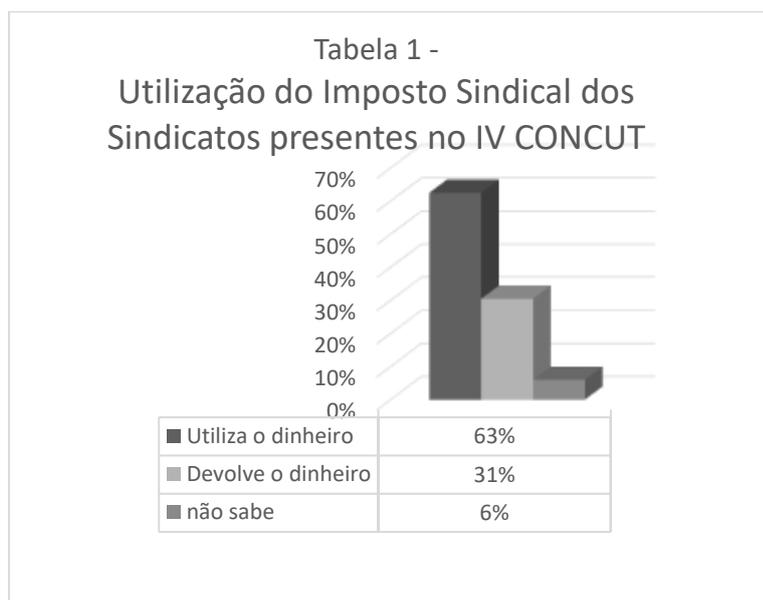
<sup>11</sup> Idem, ibidem. Pág 331

<sup>12</sup> Idem, ibidem. Pág 333

semente da burocracia sindical germine. *Mais do que meramente econômica, a ascensão de uma burocracia sindical é eminentemente política.*

O poder político de controle sobre as decisões do movimento dos trabalhadores por alguns é exacerbado pela estrutura de domínio típica do Estado burguês, o qual regula e legitima os sindicatos legalmente aceitos. Sua legalidade tem o papel primordial de reproduzir, no âmbito civil, a estrutura hierárquica do Estado. Essa dominação se dá por via do código legal legitimado juridicamente, e do código real<sup>13</sup>, parte integrante das relações de trabalho.

Entre 1994-2006 a estrutura organizativa da ampla maioria dos sindicatos legalmente aceitos no Brasil era extremamente hierarquizada e antidemocrática, e tinha sua manutenção material garantida pelo imposto sindical<sup>14</sup>. Apesar dos grandes debates no interior da CUT sobre a necessidade de superar a estrutura sindical oficial, na prática muito pouco foi feito. Já no início da década de 1990, no IV CONCUT (1991), 80% dos delegados presentes recolhiam o imposto sindical em seu sindicato de base; entretanto, apenas 30,5% devolviam este dinheiro ao trabalhador:



<sup>13</sup> Nossa análise em torno dos códigos legal e real se referencia nas contribuições de Edward Thompson; ver THOMPSON, Edward. A formação da classe operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 Volumes). & THOMPSON, Edward. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>14</sup> O imposto sindical é um desconto não voluntário, geralmente realizado no mês de março na folha de pagamento do trabalhador, de um dia de trabalho por ano (equivalente a 3,33% do salário). Todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, são descontados, e este dinheiro é repassado pelas de acordo com o artigo 589 da CLT, sendo 60% para o sindicato, 20% para o Ministério do Trabalho, 15% para a Federação, e 5% para a Confederação.

Assim, 63% dos sindicatos de base da CUT utilizavam o dinheiro do imposto sindical, reproduzindo, portanto, a estrutura sindical oficial. Mais do que garantir certa sustentação material com estes recursos, aceitar e utilizar o imposto sindical revelava uma adequação à estrutura sindical oficial, e, portanto, a reprodução de uma hierarquia entre desiguais no interior das relações de poder entre dirigentes sindicais e trabalhadores. Eram poucos os sindicatos, também, que tinham uma estrutura democratizada, com comitês de fábrica, direção proporcional e colegiada, eleições diretas na base, mecanismos de controle sobre as finanças, limite de reeleição para os cargos de direção, dentre outros. A estrutura sindical oficial manteve seu domínio no âmbito do sindicalismo cutista. O não rompimento com a estrutura legalmente aceita do sindicalismo oficial foi uma das marcas da maioria do sindicalismo cutista em sua história, o qual adaptou sua atuação ao código legal. Ao não romper com o código legal no âmbito das relações de trabalho e da regulamentação dos sindicatos, o sindicalismo cutista acabava por moldar o código real de forma desfavorável aos trabalhadores, ampliando o controle do capital no terreno da produção. Não apenas o código legal ia na contramão dos interesses dos trabalhadores, mas também um código real forjado por um sindicalismo cada vez mais “oficial”.

Além disso, o revolucionar técnico que reestrutura a produção em prol das demandas do capital é também um processo eminentemente político, que visa, ao aumentar o controle sobre o trabalhador, expandir o domínio do capital no terreno da produção, desenvolvendo as relações de exploração tipicamente capitalistas, tornando-as “cotidianas” e “intrínsecas” a vida de um trabalhador cada vez mais “supérfluo”. Ao coordenar a cooperação do processo do trabalho, o capital aprisiona o trabalhador sob suas demandas, dividindo-o como indivíduo e como classe. Sendo um trabalhador cada vez mais coletivo na subordinação ao capital, e cada vez mais cindido como indivíduo em tarefas parciais de um mero “vigilante” de máquinas, sua potência de cooperação como classe torna-se o seu inverso, uma potência social em prol da produção capitalista. A divisão social do trabalho é também uma cisão dos aspectos subjetivos que moldam os trabalhadores como classe autônoma. A tendência a separação vertical de conhecimentos e poderes no interior da produção não ocorre apenas do ponto de vista do capital: caso os trabalhadores não organizem contra-tendências através de organismos autônomos como

comitês locais, os seus próprios espaços de atuação, como os sindicatos, podem ser subsumidos a tendência mais geral, reforçando-a.

Na história da CUT, uma das resoluções mais importante sobre esse tema foi realizada no II CONCURT, em 1986. Já em seu início, a CUT tinha importantes divergências internas sobre como seria organizada sua democracia e estrutura sindical, ou seja, sobre as assim chamadas Organizações por Local de Trabalho (OLT). A tese da Executiva Nacional da CUT defendia que só poderiam participar do que denominava “comissão sindical de base” os trabalhadores sindicalizados. Já as teses da oposição, como a tese 2 dos Metalúrgicos da Capital Paulista, Sapateiros de Franca, Vidreiros, Coureiros, Plásticos e Frios da Capital Paulista defendiam que no espaço de base, denominado “Comissão de Fábrica ou Empresa”, qualquer trabalhador poderia participar, sindicalizado ou não. Para eles, as tarefas da comissão de fábrica iram além do trabalho sindical e por isso deveriam ser independentes da estrutura sindical, como uma escola viva do verdadeiro poder operário<sup>15</sup>. Esta comissão deveria ser desvinculada da estrutura sindical, isto é, auto-gerida pelos próprios trabalhadores, sindicalizados ou não. Como o direito dos trabalhadores de organização autônoma em relação ao Estado não era garantido na lei tornava-se necessário uma organização por fora da estrutura sindical oficial, que questionava o código legal, e impunha um novo código real para a organização dos trabalhadores.

No final, depois de acirrado debate, uma terceira resolução foi aprovada, definindo a existência da comissão sindical de base através de trabalhadores filiados, e indicando a importância de construção também das comissões de fábrica autônomas. Assim, ambos os espaços conviveriam com caráter diferenciado. Esta resolução, apesar de indicar na estrutura dos sindicatos Cutistas espaços de base realmente autônomos, nos demonstra que nem tudo era “autêntico” ou “combativo” desde a origem da CUT, tendo o peso de certo setores no interior do sindicalismo contribuído para a manutenção de uma estrutura sindical conveniente para as classes dominantes .

Aliás, a estrutura do sindicato por si só reflete certa burocracia, sendo necessário, portanto, espaços de organização autônomos dos trabalhadores, inclusive em relação aos próprios sindicatos. Entretanto, a visão do sindicato como um “mal necessário” foi gradativamente superada na CUT por uma em que o via como “a grande salvação”, sem muitas críticas sobre os limites e papéis do sindicato em uma sociedade capitalista. O

---

<sup>15</sup> Questão B- Artigo 8º Sobre a comissão sindical de base in: Caderno 3 das Tese do II CONCURT. Pág 10

sindicato tem um duplo papel: ao mesmo tempo em que pode se colocar a serviço dos dominados, como um aparelho privado de hegemonia, sua estrutura legal reflete a dominação exercida pelo capital. As tendências que refletem a estrutura hierárquica estatal nos sindicatos legalmente aceitos, em conjunto com a divisão social do trabalho, são importantes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores ao lidarem com seus próprios aparelhos privados de hegemonia em momentos de “baixa” das lutas:

“Os funcionários sindicais tornam-se vítimas da burocracia e de uma certa estreiteza de perspectivas devido a especialização da sua atividade profissional e à mesquinhez dos seus horizontes, resultado de um fracionamento das lutas econômicas em um período de calma. Estes dois efeitos manifestam-se em diversas tendências que podem ser fatais para o futuro do movimento sindical. Uma delas consiste em supervalorizar a organização transformando-a, pouco a pouco, num fim em si e considerando-a um bem supremo a que os interesses da luta devem ser subordinados”<sup>16</sup>.

Antes da ebulição, no curso “estável” da luta de classes no capitalismo, a luta corporativa encontra-se fragmentada em uma série de lutas isoladas, seja em setores da produção ou mesmo em cada empresa. Se o “oceano” que surge da convergência das greves locais e grandes mobilizações dilui-se e esvai-se, a unidade mais geral da classe forjada em movimento também cede, e, de um movimento eminentemente político, as greves de massas dividem-se e tendem a se tornar o seu contrário, movimentos corporativistas caracterizados por uma luta estreita e meramente “econômica”, próprios dos momentos de “calma. Com o horizonte reduzido às conquistas parcializadas, as lutas econômicas acabam cindindo ainda mais as classes subalternas. Ao invés de um suposto momento “anterior” ao da luta “política” o qual seria o ápice da coesão e avanço da consciência dos trabalhadores, a mobilização meramente corporativa, quando ocorre no período de “maré em baixa” e sem horizontes mais amplos definidos, fora de processos de mobilizações e greves de massa, tende a despolitizar a classe e tornar suas pautas mais “mesquinhas”, focalizadas e sem questionamentos mais diretos a forma de organização da produção capitalistas. O processo de tomada de consciência não é linear nem homogêneo; a passagem do econômico-corporativo ao ético-político não é um “desenvolvimento” retilíneo e gradual. Ao analisar a relação de forças políticas, Gramsci assim distingue o momento econômico-corporativo:

“Na “relação de força”, é necessário distinguir diversos momentos ou graus, que no fundamental são os seguintes: 1) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser mensurada

---

<sup>16</sup> LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos. In : BOGO, Ademar. Teoria da Organização Política. São Paulo, Expressão Popular: 2005.Pág 327.

com os sistemas das ciências exatas ou físicas. (...) 2) O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros de um grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.<sup>17</sup>”

Gramsci utiliza o conceito de econômico-corporativo como parte de seu arcabouço mais amplo de análise das “relações de força”, e mais precisamente, da relação das forças políticas. O momento econômico-corporativo não está vinculado a uma suposta divisão entre o político e o econômico; ao contrário, ele é um momento (o mais elementar) da relação das forças políticas. A superação dos diversos momentos da relação das forças políticas, isto é, o econômico-corporativo, o econômico, e o estritamente político ou ético-político, se daria a partir do movimento da própria classe. Quando os sujeitos políticos dão um “salto” na sua homogeneidade, consciência e organização, superando a fragmentação e divisão corporativas em direção a uma unidade ético-política, ocorre um movimento específico, o qual Gramsci definiu como *catarse*. Para Luis Tapia, a noção de *catarse* implica um processo de articulação de um bloco histórico:

---

<sup>17</sup> GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere – Volume III. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Pág 40-41

“Em seus Cadernos do Cárcere Gramsci utilizou a noção de catarse para pensar o momento que os sujeitos políticos e sociais dão o salto do corporativo ao horizonte ético-político, a saber, passaram do horizonte em que basicamente a organização, a vida e a ação coletiva giram em torno da defesa de interesses setoriais e particulares no contexto das lutas de classes nacionais e internacionais, a um âmbito em que se constitui como sujeito de ação coletiva no qual se desenvolvem capacidades de pensar o país, a nação, incluindo o mundo; um nível de articulação de propostas de direção e reorganização do Estado e da economia. (...) O salto do corporativo ao ético-político implica um processo de articulação de um bloco histórico, a articulação de várias frações de classes e grupos sociais que iniciam seu processo de unificação para construir um projeto comum, em um processo que pode ser mais ou menos longo. Nesse sentido, o momento de catarse é um momento de desenvolvimento de uma intersubjetividade mais extensa, densa e plural; já que não se trata de uma intersubjetividade que resulta da integração de vários sujeitos que pensam mais ou menos o mesmo, mas de sujeitos que provém de processos de constituição diferenciados e que se empenham a interagir em uma construção comum.”<sup>18</sup>

O setor mais dinâmico e organizado dos trabalhadores brasileiros, desde a ebulição das greves gerais do ABC em 1978, ao ápice do número de greves e grevistas em 1989, forjou a CUT como parte de seu salto do corporativo ao ético-político; em grande medida, a CUT foi parte da síntese da concepção de mundo dos trabalhadores neste período, tornando e mobilizando ideologias como “partido”, unificando moral e intelectualmente o setor organizado do sindicalismo combativo brasileiro. A partir de 1989 temos uma baixa na intensidade das lutas e greves, e, de forma correlacionada, a constituição de uma maioria no interior da CUT cada vez mais pela força, via fraudes e manipulações. A CUT, seguindo os passos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e refletindo no âmbito nacional grande parte de suas iniciativas políticas, teve um período de transição entre 1994-1997 no qual a “Articulação Sindical” deixou de dirigi-la moral e intelectualmente, para então dominá-la.

Se a CUT foi parte da catarse realizada pela classe trabalhadora brasileira entre 1978-1989, no período de 1989-1994 as tendências mais gerais da divisão social do trabalho e a baixa da “maré das lutas” criaram um terreno fértil tanto para que a uma nova burocracia sindical germinasse, quanto para que a burocracia sindical que já existia em núcleos “originários” pudesse florescer, cindindo o bloco histórico então formado. Ao se tornar um grupo específico no interior da classe trabalhadora, a burocracia sindical entra em confronto e luta para que sua visão, parcial, torne-se “universal” no interior de um grupo social mais geral, o dos trabalhadores que se referenciam nos sindicatos. Ao

---

<sup>18</sup> TAPIA, Luis. “Las formas de la catarsis” In: TAPIA, Luis. El Estado de Derecho como tirania. La Paz, UMSA, 2011. Pág 79 Tradução própria.

germinar e florescer, a burocracia sindical buscou hegemonizar diversos grupos e segmentos dos trabalhadores, organizados ou não, subordinando-os aos seus interesses. Nessa relação, a Articulação Sindical era a camada dirigente da burocracia sindical cutista.

Ao dividir o bloco histórico então formado, a burocracia sindical defende no interior da classe trabalhadora uma visão estreita e econômico-corporativa das lutas e mobilizações. Cindida, a classe trabalhadora retrocede na relação de forças políticas. Uma concepção econômico-corporativa das lutas dos trabalhadores não é contraditória com a concepção de mundo das classes dominantes; a burocracia sindical, como grupo social específico da classe trabalhadora, é dirigida, moral e intelectualmente, pela burguesia e seu projeto ético-político de que os trabalhadores podem defender seus “direitos” e melhorias salariais apenas no interior das margens de manobra de uma visão econômico-corporativa, e não como classe antagônica. A burocracia endossa uma intervenção ético-política na qual está ausente o antagonismo de classe como referencial mais forte. Esta é a concepção de mundo que possibilita a prática do “pacto social” organizado pela burocracia sindical, base de uma nova hegemonia no terreno da produção. A cisão entre setores no interior da classe pode forjar uma “unificação” em novos marcos, construída a partir das demandas de um grupo específico, a burocracia sindical, o qual para manter-se hegemônico, as defende de forma mediada com as pautas mais gerais desta mesma classe. Este processo é construído historicamente através do avanço e retrocesso das lutas, remodelando o processo de cisão/unificação, o qual se relaciona com as pautas específicas/comuns. Quanto maior a cisão da classe em setores corporativos, mais sua “unificação” se dá em torno de pautas destes segmentos em diálogo com as pautas mais gerais, reorientando-as. Esta separação entre o econômico e o político legitima e possibilita, no terreno das lutas dos trabalhadores, a cisão entre uma casta especializada e corporativa que luta por ditos melhores salários dentro das “margens de manobra possíveis” - a burocracia sindical-, e uma massa de setores que se guia e é controlada por ela. A maneira pela qual esta concepção é difundida se dá a partir também de uma nova concepção ético-política, que no caso da “Articulação Sindical”, tinha no “sindicalismo cidadão” sua base programática, que, supostamente indicava uma “superação” do corporativismo sindical, mas que na prática reforçava, através de suas escolhas políticas, um sindicalismo cada vez mais corporativista. Mas esta cisão, para ser implementada, não ocorre apenas no âmbito ideológico: toda concepção de mundo tem

uma base material. A burocracia sindical germina quando a função de dirigentes políticos torna-se parte da divisão social do trabalho, ou seja, especializa-se como atividade profissional.

Para Ernest Mandel, uma das dimensões da divisão social do trabalho, a divisão entre o trabalho “manual” e “intelectual”, faz com que apenas alguns trabalhadores tenham o conhecimento sobre como organizar o sindicato, dirigir uma assembleia, ou mesmo uma cultura geral mais profunda. Este conhecimento especializado, caso centralizado e monopolizado, gera uma importante fonte de poder, que pode dar suporte uma verdadeira divisão entre novos “chefes” e uma massa “chefiada”:

“A natureza de seu trabalho - física e emocionalmente desgastante e que, acima de tudo, usurpa seu tempo - não permite que a maioria do proletariado possa adquirir e assimilar o conhecimento científico na sua forma mais avançada, ou mesmo de se envolver em uma atividade política e social contínua fora da esfera da produção e do consumo material propriamente dito. Normalmente o estado do proletariado sob o domínio do capital é de um subdesenvolvimento cultural, portanto. Esta divisão do trabalho tradicionalmente tem sido conceituada como uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual (mental).

Com a criação de um aparelho de funcionários profissionais, cujo conhecimento especializado é necessário para preencher as lacunas causadas pelo subdesenvolvimento cultural do proletariado moderno, há um risco de que as organizações da classe trabalhadora tornem-se divididas entre estratos que exercem funções diferentes. A especialização pode resultar em um monopólio crescente de conhecimento, de informação centralizada. Conhecimento é poder, um monopólio que possibilita exercer poder sobre as pessoas. Assim, a tendência à burocratização pode, se não for controlada, tornar-se uma divisão real entre os novos chefes e uma massa ‘chefiada’ ”<sup>19</sup>.

Para o autor, a assim chamada divisão intelectual do trabalho tem na emergência de um aparato permanente seu reforço e base material. É com a especialização da direção dos sindicatos, através da existência de “dirigentes profissionais” que nasce a burocracia. A partir do momento que algumas pessoas se ocupam profissionalmente de forma

---

<sup>19</sup> “The nature of its labour –physically and emotionally exhausting and, above all, time-absorbing – does not allow the majority of the proletariat to acquire and assimilate scientific knowledge in its most advanced form, or even to engage in continuous political and social activity outside the sphere of production and current material consumption, properly so called. The status of the proletariat under the rule of capital is thus normally one of cultural underdevelopment. Traditionally, this social division of labour has been conceptualized as a separation between manual and intellectual (mental) labour.

With the creation of an apparatus of professional functionaries, whose specialized knowledge is necessary to fill the gaps caused by the cultural underdevelopment of the modern proletariat, there is a risk that working-class organizations will themselves become divided between layers exercising different functions. Specialization can result in a growing monopoly of knowledge, of centralized information. Knowledge is power, and a monopoly of it leads to power over people. Thus, the tendency to bureaucratization can, if not checked, mean a real division between new bosses and the bossed-over mass.” MANDEL, Ernest. *Power and Money: A marxist theory of bureaucracy*. London: Verso, 1992. Pág 60 Tradução própria.

permanente na política ou no sindicalismo, existe sob a forma latente uma possibilidade de desenvolvimento da burocracia. Se o crescimento de um aparato não é um problema quando as organizações da classe trabalhadora são limitadas a pequenos grupos, o desenvolvimento de sindicatos de massas é inconcebível sem um aparelho que conte com um bom número de funcionários. Entretanto, as tendências embrionárias de burocratização (reforçadas pela emergência de um aparato e pela divisão intelectual do trabalho) podem ser estancadas através do avanço do nível cultural geral da classe, aumento de sua confiança e autoestima, como também pela garantia de democracia interna com normas a serem respeitadas, as quais devem garantir o papel dos sindicatos numa estratégia socialista<sup>20</sup>. Mas caso as contra-tendências não sejam efetivadas, do crescimento do aparato nasce a base material de uma nova casta, a burocracia sindical. Esta casta tem uma ideologia e mentalidade próprias, conformando um grupo social específico da classe trabalhadora. As transformações ocorrem também de âmbito político-ideológico, o qual define o projeto de classe desse grupo social específico. A burocracia sindical, apesar de ser parte da classe trabalhadora, molda sua atuação a partir de uma mentalidade nova e de laços psicossociais novos, que produzem um “ambiente” suscetível para que gradativamente o programa histórico da classe trabalhadora seja remodelado em direção à manutenção da ordem vigente. Não podemos separar, de um lado, as tendências estruturais, e de outros, as dimensões ideológicas e psicossociais que conformam a burocracia sindical.

Em um primeiro momento, os “privilégios burocráticos” são caracterizados em maior medida por aspectos psicossociais e ideológicos. O grande diferencial destes privilégios estaria, sobretudo, em algumas novas “liberdades individuais”. Para os operários, abandonar o trabalho de produção comum (especialmente em períodos de maior degradação do ambiente de trabalho, maior carga horária, horas extras, etc) representa uma ascensão social, apesar de não representar uma situação “ideal”. No plano psicológico e ideológico, por exemplo, é evidente que

“se torna infinitamente mais agradável, para um socialista ou comunista convicto, lutar todo o dia pelas suas ideias e por objetivos que são seus, em vez de se manter no trabalho horas seguidas com todos os gestos mecânicos sabendo que finalmente vai contribuir para enriquecer a classe inimiga. É incontestável que esse fenômeno de ascensão social contém em potencial um fator importante de burocratização: aqueles que ocupam estes postos desejam continuar a ocupá-los, o que leva a

---

<sup>20</sup>Idem, Ibidem. Pág 62

defender essa situação de funcionários permanentes contra aqueles que pretendem substituí-los.<sup>21</sup>”

Quando estes trabalhadores trocam seu “ramo de trabalho”, do chão da fábrica para o trabalho sindical, não querem perder seu novo posto. Se antes, os trabalhadores não tinham “nada a perder, apenas seus grilhões”, agora o momento é outro. Dependendo da maneira pela qual as mobilizações, lutas ou eleições sindicais ocorrem, o dirigente sindical pode perder seus privilégios burocráticos, como sua licença sindical, gastos com passagens e alimentação, ou selecionar/indicar funcionários para o aparelho. Esta postura de “medo de perder o que já possui” leva, do ponto de vista político-ideológico, ao conservadorismo da burocracia: tudo deve manter-se como está. Novas relações políticas emergem na cena histórica, pois a definição das pautas e bandeiras do sindicato não terá correspondência apenas com a correlação de forças entre a classe trabalhadora organizada e as classes dominantes, mas também a correlação de forças entre a nova burocracia sindical e os diversos grupos e correntes políticas da classe trabalhadora que disputam o mesmo terreno. Caso outros grupos e correntes políticas da classe trabalhadora mobilizem-se e coloquem a direção sindical existente ou o próprio sindicato em xeque, “tudo estará perdido”. O medo de perder o controle sobre o sindicato leva os dirigentes profissionais a reorganizar a estrutura do aparelho, para que ela sirva cada vez mais para “domesticação” de uma classe trabalhadora que precisa ser “amorfa” e “passiva”. Para a burocracia aumentar seu controle sobre o sindicato, é necessário aumentar o controle sobre a classe trabalhadora; o sindicato deixa de ser um espaço de auto-organização dos trabalhadores para se tornar o seu inverso, um mecanismo de controle sobre os trabalhadores.

Do ponto de vista ideológico, a burocracia sindical esta imbuída do fenômeno do fetichismo da organização. Os sindicatos transformam-se em o espaço mais importante da luta de classes (ou mesmo o único). A preservação do aparato sindical torna-se seu objetivo fundamental, em detrimento do crescimento das lutas e das vitórias para a classe. O sindicato aparece como um “ente vivo”, que se movimenta sozinho: “o sindicato faz isso”, “o sindicato faz aquilo”, “o sindicato conquistou aumento para os trabalhadores”, etc. Entretanto, quando este fenômeno ocorre, o sindicato está cada vez menos

---

<sup>21</sup> MANDEL, Ernest e ANDERSON, Perry. A burocracia no movimento operário. Cadernos Democracia Socialista – Volume V.. São Paulo: Editora Aparte. Pág 4

relacionado com os movimentos de auto-organização da classe, e cada vez mais próximo de uma estrutura material e hierárquica típica do Estado burguês. Este fetiche sobre um aparato-coisa que realizaria atividades humanas pode ser explicado através de um conceito formulado por Marx, o fetichismo da mercadoria.

A produção de mercadorias no capitalismo tem diversas singularidades; dentre elas, destaca-se a maneira pela qual os produtores se relacionam com os produtos que são frutos do seu trabalho. Se ao utilizar e modificar a madeira para construir uma mesa e cadeiras, que frutos do seu trabalho, terão como utilidade o sentar, a organização da casa, facilitar o almoço e jantar, etc, o trabalhador não enfrenta nenhum “quebra-cabeça”, para relacionar-se com aqueles produtos do seu trabalho produzido para outrem, quando esta mesa deixa de ter como função apenas a sua utilidade para quem a produz, seu valor de uso, e passa, no âmbito de uma sociedade produtora de mercadorias, a ter como função sua venda por dinheiro, ou seja, ser também valor de troca, ela se torna enigmática. A mesa se separa daqueles que a produzem, e não aparece como fruto de um trabalho para aqueles que a compram. A mesa tem “vida própria”; quando o trabalhador encontra uma mesa e cadeiras à venda numa loja, elas aparentam ter “caminhado do mundo das mesas e cadeiras” e chegado à loja sozinhas, contendo de uma forma mágica a capacidade de ser vendável, e assim, gerar lucro para quem as vende, e ser útil para aquele que as compra. Este mistério da forma mercadoria é próprio da sua produção e está, portanto, não nas suas propriedades físicas, mas na relação social que as produz como mercadorias:

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social fora deles, entre os objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais.<sup>22</sup>”

As mercadorias não parecem ser mais parte do mundo dos homens. Elas têm uma vida autônoma e relações próprias:

“Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (...) Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho, e por meio

---

<sup>22</sup> MARX, KARL. “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo” In: MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural: 1996. Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital. Tomo 1. Pág 198

dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre os trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas.<sup>23</sup>”

Na expansão da produção capitalista, uma mercadoria específica expande ainda mais este fetichismo: o dinheiro. Sergio Lessa nos demonstra que o dinheiro, apesar de ser uma mercadoria especial, que tem a grande utilidade ser um equivalente geral, isto é, seu valor de uso é ser valor de troca, ele aparece para o trabalhador como algo externo ao seu mundo, e não como uma mercadoria. O dinheiro aparenta ser “mágico”, dotado de um poder imensurável e próprio:

“Quando a economia força o indivíduo a vender e comprar mercadorias para viver, as relações de concorrência moldam até mesmo a ‘vontade’ dos indivíduos: é assim que vivemos em função do dinheiro, que é a mercadoria das mercadorias, a mercadoria universal. É lugar comum que vivemos em uma sociedade na qual o dinheiro é tudo. Todavia, sob esta realidade se esconde algo curioso: fomos nós, os humanos, que criamos o dinheiro. Aquilo que hoje é ‘tudo’, diante do qual nossas necessidades só fazem sentido se forem lucrativas, não é, como a força da gravidade, algo dado pela natureza. Todavia, nossos destinos são determinados muito mais pelo dinheiro que criamos do que pela gravidade que não controlamos. O poder do dinheiro sobre nós vem de nós próprios e, todavia, parece que ele tem uma força tão descomunal que não poderia ser de modo algum humana. É este feitiço, que faz com que a criatura comande o criador, o que Marx denominou de “fetichismo da mercadoria”. Ao produzir uma sociedade que nada mais é que uma coleção de mercadorias, fizemos da humanidade pessoas que vivem como guardiões das mercadorias, pessoas cuja vontade reside em levar as mercadorias ao mercado, cuja vontade reside na necessidade de as mercadorias trocarem-se reciprocamente.<sup>24</sup>”

O trabalhador vive neste mundo dominado pelo fetichismo do dinheiro, e tende a se relacionar com as coisas como se elas tivessem vida própria, como se pudessem sozinhas resolver certos problemas de forma “mística”. Quanto mais “humana” torna-se uma coisa, quando o trabalhador vê esta coisa com características humanas inatas, mais mística e distante do mundo dos homens ela aparenta ser. Mas esta aparência, demonstrada no fenômeno do fetichismo, é parte da essência da produção capitalista que de fato subordina o tempo de vida dos trabalhadores às máquinas. É o tempo das coisas, o tempo de relógio, cronometrado mecanicamente; o tempo do processo de trabalho coordenado pela maquinaria capitalista no qual o trabalhador torna-se um mero vigilante. De fato, o trabalho morto domina o trabalho vivo: o “feitiço” do fetichismo é parte do mundo real. Este “feitiço” é tão forte que se expande para diversos terrenos. O Estado

---

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*. Pág 199

<sup>24</sup> LESSA, Sergio. “Trabalho, sociabilidade e individuação” In: *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 4 n. 2, p. 231-246, 2006

também aparenta ter vida própria, e “age” sozinho. O mercado “acorda mal humorado”, “fica tenso”, “está mais otimista”. E o sindicato, ao se descolar da organização dos trabalhadores como classe, torna-se parte do fetichismo mais geral, e reproduz, no âmbito das relações para com os trabalhadores, um fetichismo próprio, do qual ele é parte. A burocracia sindical reafirma e reproduz, junto com os trabalhadores, um fetichismo da organização, no qual o sindicato tem “superpoderes” que devem ser defendidos e preservados.

Este fenômeno, apesar de servir politicamente a estabilização e expansão da burocracia sindical, não provém dela de forma “meticulosa”, como se a burocracia já soubesse, de antemão, de que maneira deve atuar para manter o sindicato sob seu controle. O fetichismo da entidade faz parte da lógica mais geral da divisão social do trabalho e da produção capitalista. A burocracia sindical, hegemônica pela burguesia, acaba por destruir os “muros” que separavam a sociabilidade dos trabalhadores da tipicamente burguesa, adaptando-se ao capitalismo e a sua sociabilidade. Do ponto de vista da direção intelectual, a hegemonia burguesa tem a introjeção do fetichismo no âmago do trabalhador e de seu metabolismo social como uma de suas principais características. Se esta hegemonia se expande, e atinge os aparelhos privados de hegemonia próprios dos subalternos, um novo patamar é atingido, resultado de um novo momento da divisão social do trabalho, entre um aparelho dotado de vida própria, o sindicato, e seus associados:

“O crescimento de uma nova divisão do trabalho entre o aparelho e seus associados quase inevitavelmente dá à luz, ao nível das mentalidades (ideologia), a fenômenos de fetichismo da organização. Dada a extrema divisão do trabalho vigente na sociedade burguesa em geral, o fato de que as pessoas estão presas em um pequeno setor de atividade tende a encontrar expressão em uma consideração dessa atividade como um fim em si mesmo. Isto é particularmente verdadeiro para aqueles que se identificam com um aparelho, que vivem permanentemente dentro dele e tiram o seu sustento a partir dele: em outras palavras, os sindicalistas em tempo integral, os potenciais burocratas”<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> “The growth of a new division of labour between apparatus and membership almost inescapably gives birth, at the level of mentalities (ideology), to phenomena of organizational fetishism. Given the extreme division of labour prevailing in bourgeois society in general, the fact that people are imprisoned in a tiny sector of activity tends to find expression in a consideration of this activity as an end in itself. This is particularly true of those who identify with an apparatus, who live permanently within it and draw their livelihood from it: in other words, the full-timers, the potential bureaucrats.” MANDEL, Ernest. *Power and Money: A Marxist theory of bureaucracy*. London: Verso, 1992. Pág. 65- 66. Tradução própria.

A exacerbação do fetichismo da mercadoria, que de forma compulsória domina as diversas dimensões da vida social, é determinada pela ampliação da divisão social do trabalho. O fetichismo da entidade é um dos momentos no qual o fetichismo “em geral” toma forma e se molda a partir das atividades características dos trabalhadores, de sua atuação como classe através dos seus aparelhos privados de hegemonia. A separação entre uma entidade “fetichizada” e uma massa amorfa de associados, que se relaciona com ela como um “ente” dotado de poderes especiais, amplia a hegemonia burguesa na medida em que a concepção de mundo das classes dominantes, forjada no terreno da produção, acaba por se expandir para o “locus” de auto-organização dos trabalhadores. Este fenômeno do fetichismo da entidade é ainda mais surpreendente nos sindicatos por se tratarem de organismos voluntários, não estatais:

“Um organismo coletivo é constituído de indivíduos, os quais formam o organismo na medida em que se deram, e aceitam ativamente, uma hierarquia e uma direção determinada. Se cada um dos componentes pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, mas se transforma um fantasma, num fetiche. É preciso ver se este modo de pensar, muito difundido, é um resíduo da transcendência católica e dos velhos regimes paternalistas (...). O que espanta, e é característico, é que o fetichismo desta espécie se reproduza em organismos “voluntários”, de tipo não “público” ou estatal, como os partidos e os sindicatos. Chega-se a pensar as relações entre o indivíduo e o organismo como um dualismo, e se chega a uma atitude crítica exterior do indivíduo em relação ao organismo (se a atitude não for de uma admiração entusiástica e acrítica). Em todo caso, uma relação fetichista. O indivíduo espera que o organismo realize, embora não atue e não compreenda que, sendo sua atitude muito difusa, o organismo é necessariamente inoperante.<sup>26</sup>”

Existem, portanto, diversos “níveis” do fenômeno do fetichismo, os quais necessitam de uma análise específica quando sua reprodução ocorre num organismo da sociedade civil. Não podemos simplesmente colocar um sinal de igual entre o fetichismo “sindical” e o fetichismo “estatal”, como fossem exatamente o mesmo fenômeno. A determinação da divisão social do trabalho sobre o fenômeno do fetichismo da mercadoria atua de forma diferente no sindicato e no Estado, pois estes refletem planos distintos da “superestrutura”. O sindicato é forjado no âmago da organização dos trabalhadores como classe, o seu local de trabalho, o que faz com que a divisão social do trabalho, e o fetichismo da mercadoria dela derivado, atue de maneira distinta do fetichismo “estatal”. Como a divisão social do trabalho atua no fenômeno do fetichismo “sindical”?

---

<sup>26</sup> GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política. Cadernos do Cárcere - Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 428p.

Acreditamos que o fenômeno do fetichismo da mercadoria, como resultado da divisão social do trabalho, produz e amplia a fragmentação da classe trabalhadora no espaço de sua conformação. A divisão do trabalho é também uma cisão, uma fragmentação, não apenas do ponto de vista produtivo, mas também ético-político. Esta fragmentação, caso não seja combatida pelas “contra-tendências” dos trabalhadores e de sua auto-organização como classe, acaba por exacerbar o fetichismo, o qual cinde a concepção de mundo do indivíduo-trabalhador, o qual se coloca como objeto frente a um “sindicato sujeito”, um sindicato, entretanto, que se torna cada vez mais objeto controlado por uma burocracia sindical, e cada vez menos parte da atuação autônoma do trabalhador como sujeito. A cisão entre sujeito e objeto no terreno da produção é difundida para todas as áreas da vida social, inclusive no âmbito político e intelectual.

Este “fetichismo da burocracia sindical” tem como parte de sua ideologia o “substitucionismo”, a crença de que os trabalhadores devem obedecer a seus líderes, os quais sabem “o que é melhor para eles”. Ao invés da construção coletiva baseada nos comitês de fábrica e assembleias, a definição dos rumos do movimento é realizada pelos “dirigentes”, que definem de antemão quais são as melhores táticas, e quais devem ser as pautas de mobilização. Sem a classe trabalhadora em movimento, os sindicatos que antes eram combativos e autônomos perante aos dominantes, acabam por se diferenciar muito pouco dos sindicatos tradicionais, objetivando a cada luta cotidiana uma solução através do pacto social. A lógica da negociação e do “pacto pelo alto” impera, e as mobilizações e a ação direta das greves são cada vez menos reivindicadas: tornam-se movimentos “radicais demais” que podem levar “tudo a perder”. A revolução socialista não está mais nem num longínquo horizonte e as “vitórias” ficam restritas as pequenas conquistas e reposições salariais. É importante destacar que mesmo as conquistas de reajustes salariais ocorrem não pela capacidade “mágica” e “conhecimento” dos dirigentes sindicais, mas devido ao processo histórico de mobilização autônoma dos trabalhadores com suas inúmeras greves e protestos. As conquistas declaradas por todos os cantos como realizadas “pelo sindicato” são, na verdade, reflexo no plano mais imediato da luta histórica realizada pela classe trabalhadora e de sua capacidade de auto-organização. Se nada é consentido pelos dominantes, a luta de classes pode “ferver” novamente, e a classe trabalhadora pode entrar em ebulição. O domínio exercido pela burocracia sindical é fortalecido por certo nível de consentimento angariado sobre os trabalhadores dominados.

É próprio de uma burocracia civil o descolamento de um grupo específico da classe trabalhadora, que reconfigura sua sociabilidade e a forma de venda da força de trabalho, garantindo por meio do poder político e aparato material a estabilidade de certos privilégios. Para Gramsci, a expansão da burocracia civil é uma das características definem uma nova época histórica, própria da “guerra de posição” pós-1848:

“A técnica da política moderna mudou completamente após 1848, após a expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e “privadas” (político-privadas, partidárias e sindicais), bem como das transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo, isto é, não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes.”<sup>27</sup>

Os sindicatos, como associações da sociedade civil, tornam-se algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes de combate na guerra de posição<sup>28</sup>. Ao analisá-las, Gramsci diferencia a burocracia estatal da burocracia “privada”, a qual seria própria dos partidos e sindicatos. É desta burocracia própria da sociedade civil, estruturada a partir dos aparelhos privados de hegemonia, que falamos aqui. Acreditamos, inclusive, que a diferenciação entre burocracia civil e burocracia estatal deve ser cada vez mais explicitada, tendo em vista a grande confusão conceitual que ocorre ao se utilizar uma mesma noção de burocracia tanto para analisar o Estado quanto à sociedade civil. Mesmo que a burocracia civil reflita diversos aspectos da burocracia estatal, ela tem importantes diferenças na sua conformação e função histórica, como também em quais são agentes envolvidos e em como é realizada sua reprodução material.

Ao analisar a burocracia partidária, a qual é uma das burocracias civis, Gramsci a qualifica como uma força conservadora, que ao se tornar um grupo em separado da massa em geral, tende a esvaziar o seu papel histórico inicial:

“A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico, e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar.”<sup>29</sup>

A burocracia sindical, ao subordinar o aparato do sindicato a si mesma, tende a torná-lo anacrônico. Já que a função histórica dos sindicatos como espaço de auto-

---

<sup>27</sup> GRAMSCI, Antonio. . Cadernos do Cárcere – Volume III. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Pág 78

<sup>28</sup> Idem, ibidem. Pág 24

<sup>29</sup> Idem, ibidem. Pág 62

organização dos trabalhadores é transformada no seu inverso, um aparelho de controle sobre os trabalhadores, a tendência mais geral da luta de classes leva os subordinados a forjarem outros espaços que tenham como conteúdo social sua política de classe. Esta tendência geral, em alguns momentos, faz com que a luta contra o conservadorismo da burocracia se torne uma luta não apenas contra a direção sindical, mas contra o próprio sindicato. Ao arraigar-se no aparato como forma de manutenção de sua reprodução material e garantia de privilégios, a burocracia defende o sindicato na mesma medida que o subordina aos seus interesses. Como aparelho que garante a reprodução material e viabiliza o controle da burocracia sobre os trabalhadores, o sindicato torna-se um espaço conservador, que precisa ser combatido, tanto no seu interior quanto fora dele.

A raiz social da burocracia sindical não poder ser simplificada por uma mera “corrupção material” de seus dirigentes; sua verdadeira raiz está no avanço do capitalismo monopolista no terreno da produção. No capitalismo monopolista no pós-segunda guerra, a expansão da exploração inflexível foi, ao mesmo tempo, condição necessária e consequência da expansão da burocracia sindical. Tanto a expansão da burocracia sindical e seu controle exercido sobre os trabalhadores viabilizou o avanço do capital na produção, quanto o avanço do capital na produção aumentou a divisão dos trabalhadores e sua precarização, criando um terreno propício para o crescimento da burocracia sindical. Não temos, aqui, uma simples relação de causa e consequência, mas uma correlação de fenômenos de um mesmo processo. No meio da “miséria” do aumento do desemprego, diminuição de salários e retirada de direitos, qualquer “ganho” ou “vantagem” torna-se um privilégio a ser conquistado e defendido com “unhas e dentes”<sup>30</sup>. No final da década de 1990 e início da década de 2000, a CUT expandiu seu controle sobre os trabalhadores no seu local de trabalho através da ampliação de sua hegemonia fora dele; em um primeiro momento, a realização de cursos de formação profissional servia tanto para consolidar um aparato financeiro cada vez maior, devido aos volumosos recursos provenientes do Estado, quanto para realizar uma disputa no âmbito ideológico, formando trabalhadores para o mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que era dirigida pela burguesia, ao difundir a tese da “empregabilidade” (de que os trabalhadores precisavam se qualificar

---

<sup>30</sup> “No início, os burocratas não agiam em benefício próprio: agiam essencialmente tendo em vista financiar as campanhas eleitorais e o aparelho do partido. A redução dramática dos efetivos acrescenta a pressão nesse sentido. Mas numa sociedade onde, mais do que nunca, o dinheiro é rei, a tentação de se adoçar a si mesmo é muito grande, certos dirigentes escapam-se, muito bem e sucumbem.” MANDEL, Ernest. Natureza do Reformismo social-democrata. Pág 5 Retirado de: [http://combate.info/index.php?Itemid=41&id=48&option=com\\_content&task=view](http://combate.info/index.php?Itemid=41&id=48&option=com_content&task=view)

para se manter no mercado de trabalho) via cursos de formação profissional financiados pelo FAT, a CUT atuava do ponto de vista pedagógico para com estes trabalhadores, através da formulação de programas e currículos próprios. Não ocorreu uma mera substituição da formação política para organizar as mobilizações dos trabalhadores pela formação profissional voltada para o mercado de trabalho, mas um deslocamento no espectro da luta de classes, na qual a Central promovia serviços sociais de forma privada. Esse deslocamento na sua relação com o Estado teve um novo momento quando a CUT iniciou a formação de suas próprias “entidades públicas não-estatais”, na verdade entidades privadas de financiamento estatal, como a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Os cursos de formação profissional e a ADS fortalecem o poder da burocracia sindical sobre os trabalhadores, expandindo-o em direção a outros grupos da classe, ampliando a hegemonia social-liberal como parte necessária da manutenção e consolidação do seu domínio.

Novos aparatos foram forjados, e a burocracia sindical cutista ampliou seus “tentáculos” numa enorme rede de formação e difusão da concepção de mundo dominante. A emergência dessas novas entidades foi um segundo momento no qual a CUT se tornou cada vez mais “Estado”, realizando uma verdadeira “simbiose” com o Executivo. Cada vez mais adaptada ao mundo “sagrado” do parlamento e do Estado, com a eleição de sindicalistas para diversos cargos da sociedade política; com acordos via CODEFAT e volumosos recursos e financiamentos; com a expansão de estrutura hierárquica centralizada e profissional, a CUT torna-se cada vez menos “profana”, e seus ritos e práticas se adequam a agenda das classes dominantes. O deslocamento político da CUT na luta de classes é viabilizado, também, pelo deslocamento de “ideias-força”. O deslocamento se relaciona com referências teóricas, que legitimam e organizam do ponto de vista subjetivo, o “programa prático”, convertendo um programa antes contra-hegemônico para um a serviço da manutenção ordem.

Um importante exemplo desse deslocamento refere-se ao conceito de “cidadania”. Durante a década de 1990 a CUT diminui a centralidade da luta por direitos sociais, ampliação de políticas públicas e democratização da propriedade, centrando sua atuação apenas na “melhoria dos salários”. Se por um lado, o aumento dos salários possibilita ao trabalhador uma melhor condição de vida e acesso à bens e serviços, estes não garantem um avanço em direção a uma cidadania plena, que levaria em consideração o avanço da verdadeira democratização do poder e ampliação dos direitos sociais e civis. Ou seja, a concepção da burocracia sindical de “sindicalismo cidadão” passava, em grande medida,

pela ideia de uma cidadania mercantilizada, uma cidadania de mercado. A luta deixava o terreno mais amplo (ético-político) por direitos sociais universais, e passava para a ampliação do acesso por serviços privatizados, através de convênios e “parcerias público-privadas”, como se esses fossem sinônimos de ampliação da “cidadania”. Na medida em que a definição do “mínimo necessário para uma boa vida” não é puramente econômica (não tem relação apenas com valor do salário), mas político-cultural, a percepção do que seria “uma vida melhor” leva em consideração elementos desta mesma esfera. Nesta concepção difundida pela burocracia sindical cutista, poderíamos “viver bem” mesmo com perda de direitos sociais, diminuição do investimento em políticas públicas como saúde e educação, dentre outros. Do ponto de político-ideológico, talvez essa seja uma das principais derrotas que a CUT tenha imprimido sobre as classes trabalhadoras em sua história, calcificando um novo consenso adequado à hegemonia burguesa em patamares não antes vistos.

A partir da cisão proveniente da divisão social do trabalho, com o deslocamento da burocracia sindical no espectro da luta de classes e na sua relação com o Estado, e seu descolamento como casta a partir do controle do aparato material, abre-se um período de mudança qualitativa. A posterior ascensão desta burocracia no interior da hierarquia institucional do aparelho do Estado, conclui esta transição, fazendo com que esta burocracia deixa de ser meramente sindical, para tornar-se uma burocracia política de fato. Maquiavel, ao falar da fortuna e da virtude, uma vez assim definiu:

“Penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destróem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para o outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e seu ímpeto não será tão livre nem danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la. E, se considerardes a Itália que é a sede e a origem destas revoluções, vereis que é ela como uma região sem diques e sem nenhuma barreira, e que, se fosse convenientemente protegida como a Alemanha, a Espanha e a França, ou as cheias não causariam as variações que há, ou mesmo não se teriam verificado. E com isso creio ter dito bastante acerca dos obstáculos que se podem opor à sorte, em geral.”<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. “O Príncipe”. In: MAQUIAVEL, Nicolau. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1986. Pág 110.

O dique é esta fusão entre a burocracia e o aparelho privado de hegemonia, que devido a essa simbiose, torna-se o seu contrário, um aparelho que tem como função estratégica a manutenção da ordem dominante. No caso da CUT, a eleição de Lula da Silva foi determinante para a construção dessa simbiose, formada pelo processo no qual burocracia cutista deixou de ser meramente uma burocracia sindical, para tornar-se uma burocracia política, isto é, uma burocracia de fato. O setor dirigente desta burocracia compôs o “partido da ordem”<sup>32</sup>, atuando ativamente em conjunto (e algumas vezes em disputa) com suas diversas “correntes” e “frações, como uma espécie de “ala esquerda” do partido da ordem. O movimento operário pode ser bem eficaz na criação desses setores para as classes dominantes:

“Eficácia do movimento operário socialista na criação de importantes setores da classe dominante. A diferença entre o fenômeno italiano e de outros países consiste, objetivamente, no seguinte: que, enquanto nos outros países o movimento operário e socialista elaborou personalidades políticas singulares que passaram para a outra classe, na Itália, ao contrário, elaborou grupos intelectuais inteiros, que realizaram esta passagem como grupos. A causa do fenômeno italiano, ao que me parece, deve ser buscada na escassa aderência das classes altas ao povo (...). No fundo, trata-se do mesmo fenômeno geral do transformismo, em condições diversas. O transformismo “clássico” foi o fenômeno pelo qual se unificam os partidos do Risorgimento; este transformismo traz à luz o contraste entre civilização, ideologia, etc, e a força de classe.<sup>33</sup>”

O transformismo desses intelectuais orgânicos elabora uma classe dirigente cada vez mais ampla, isto é, o “partido da ordem” se amplia com a participação de novos grupos e dirigentes absorvidos gradualmente:

Aliás, pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação política por um período frequentemente muito longo.<sup>34</sup>”

---

<sup>32</sup> “Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerada como o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Tinham “salvo” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. Tinham dado como senhas a seu exército as palavras de ordem da velha sociedade - “propriedade, família, religião, ordem” - e proclamado aos cruzados da contra-revolução: “sob este signo vencerás” MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte.” In MARX, Karl. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Pág 335

<sup>33</sup> GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere - Volume II. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Pág 95

<sup>34</sup> GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere - Volume V. O Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Pág 63

Esta ala do partido da ordem tornou-se parte do seu “núcleo dirigente”, tendo influência direta nas escolhas dos métodos e das políticas que viabilizaram a hegemonia burguesa. Com a eleição de Lula da Silva em 2002, o “partido da ordem” foi ampliado com a participação do “partido da burocracia cutista”, sendo este, muito provavelmente, uma das peculiares características da manutenção da hegemonia burguesa, em sua versão social-liberal, no período em questão.

## **REFERÊNCIAS:**

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere - Volume II. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere – Volume III. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere - Volume V. O Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

LESSA, Sergio. “Trabalho, sociabilidade e individuação” In: Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 2, p. 231-246, 2006

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massas, Partidos e Sindicatos. In : BOGO, Ademar. Teoria da Organização Política. São Paulo, Expressão Popular: 2005. Págs 248-249

MANDEL, Ernest. Power and Money: A marxist theory of bureaucracy. London: Verso, 1992.

MANDEL, Ernest e ANDERSON, Perry. A burocracia no movimento operário. Cadernos Democracia Socialista – Volume V.. São Paulo: Editora Aparte

MAQUIAVEL, Nicolau. “O Príncipe”. In: MAQUIAVEL, Nicolau. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital. Tomo 1. São Paulo, Nova Cultural: 1996.

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte.” In MARX, Karl. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1982

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo e política. A trajetória da CUT, São Paulo, Scritta e Fapesp, 1997

TAPIA, Luis. “Las formas de la catarsis” In: TAPIA, Luis. El Estado de Derecho como tirania. La Paz, UMSA, 2011

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A burocracia sindical cutista e o governo Lula da Silva : a consolidação do social-liberalismo no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. Para onde foi a CUT?: do classismo ao sindicalismo social-liberal / Rodrigo Dias Teixeira – Rio de Janeiro: Malungo, 2013.

THOMPSON, Edward. A formação da classe operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (3 Volumes).

THOMPSON, Edward. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RECEBIDO EM 28-09-2014

APROVADO EM 10-02-2015